

ENTREVISTA COM O PROF. DR. Fabio Faversani (UFOP)

REALIZADA ENTRE OS DIAS 10 de Março e 15 de Abril (via e-mail)

Entrevistadores: Dr. Dominique Santos (FURB) – Membro do Conselho Editorial da Revista de Teoria da História (UFG); Doutorando Marcello Felisberto Moraes de Assunção (UFG) – Membro do Comitê Executivo da Revista de Teoria da História (UFG).

RTH: O professor poderia iniciar a entrevista nos falando sobre os seus estudos em torno de Sêneca¹, que tem um papel bastante importante ao longo da sua produção. Quais são as possíveis contribuições deste estudo para a historiografia da antiguidade?

A pesquisa que realizei sobre Sêneca se concentrou no período em que desenvolvi meu Doutorado, concluído em um já distante 2001. Foi uma etapa fundamental tanto na minha formação como pesquisador quanto para a maneira como eu compreendo as sociedades antigas. A partir do estudo de Sêneca, procurei trabalhar no interior de vários debates acerca das sociedades antigas e avalio que o que se tornou mais importante para a continuidade de meus estudos é aquele que opunha uma visão “constitucionalista” (em especial na via aberta por Theodor Mommsen) e seus críticos (particularmente na perspectiva que derivou do trabalho de Ronald Syme). Procurei evidenciar desde então que os elementos vinculados ao ordenamento jurídico da sociedade eram fundamentais para compreendermos o mundo antigo, mas que as interações estabelecidas entre as pessoas e não reguladas inteiramente pela ordem jurídica (ou pelo funcionamento econômico – que recebia muito mais atenção então do que hoje) eram tão importantes quanto. Pensadas as relações reguladas pela ordem jurídica, pelo universo econômico e pelas interações pessoais, eu concluía à época que nenhuma delas tinha precedência sobre as demais e que, ainda mais, para compreender a posição social seria necessário sempre tomá-las em conjunto e que, conforme o

¹ Sobre a temática o autor publicou as seguintes produções: FAVERSANI, F. . Estado e Sociedade no Alto Império Romano: Um estudo das obras de Sêneca. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP / PPGHIS, 2012; FAVERSANI, F. . Os pobres em Sêneca. Revista de História (UFES), v. 22, p. 74-87, 2009; FAVERSANI, F. . A concepção de Estado em Sêneca. Boletim do CPA (UNICAMP), Campinas, v. 5/6, p. 223-234, 1998;

contexto e a dinâmica social considerada, uma ou outra esfera poderia se mostrar mais importante que a outra. Atualmente, essa pesquisa tem me levado a pensar isso para a formação do poder imperial e, especialmente, as relações entre a casa imperial e as demais casas aristocráticas nos primeiros séculos da era comum.

Para outros estudiosos da Antiguidade, creio que esse estudo pode ser de interesse porque faz parte de um movimento geral de reavaliar grandes oposições que marcaram o estudo da História Antiga, como, por exemplo, o debate entre “primitivistas” e “modernistas”². Essas divisões binárias entre os modos de se ver o Mundo Antigo foram muito comuns até a queda do muro de Berlim e mesmo depois não perderam inteiramente sua influência, inclusive, de algum modo, até hoje. Contudo, a revisão desses modelos e a reflexão sobre como podemos colocar questões mais ligadas aos dilemas do presente tem movimentado os esforços de muitos pesquisadores e, no Brasil, recentemente, rendeu uma ótima obra: o livro *História Antiga*, de Norberto Luiz Guarinello³. Creio que minha Tese aponta no sentido de incorporar e superar a pauta colocada pelos cenários pós-queda do muro, pós-colonial e das lutas dos direitos civis e das mulheres. Muitas vezes se vê nas pesquisas essas pautas constituídas no século passado serem repetidas e repetidas à exaustão. Elas são fundamentais já que as lutas sociais do século passado se mostram válidas e relevantes ainda hoje, apesar dos avanços que se possa apontar. Mas elas se transformaram e o discurso marcado pelos “pós”, não. Isso faz com que esses discursos ainda fossilizados nos parâmetros do século passado de repetir os mesmos preceitos do pós-colonialismo e do pós-estruturalismo tal como formulados antes não ajudem muito na luta social, que se alterou, e quase nada no conhecimento que temos produzido sobre o Mundo Antigo, que já incorporou as contribuições desse movimento. O momento atual pede que dediquemos mais atenção às fronteiras que une e separa os pólos, do que apenas às oposições. Afinal, há muito mais coisas entre o eu e o outro do que podiam imaginar nossas teorias do século passado.

² Para um debate interessante sobre essas alternâncias de hegemonia entre a visão de primitivistas e modernistas, cf. MORRIS, I.; SALLER, R.; SCHEIDEL, W. “Introduction”. In: MORRIS, I.; SALLER, R.; SCHEIDEL, W. (eds.) *The Cambridge economic history of the Greco-Roman World*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007. p. 1-12.

³ GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

RTH: De certa maneira, nas diversas graduações em História que temos no Brasil, quando se estuda alguma disciplina na qual aparecem discussões sobre historiografia é comum observarmos que os planos de ensino apontam para nomes como Heródoto, Tucídides e Agostinho. Há mais para se estudar sobre a escrita da história na Antiguidade ou estes autores são suficientes para abordagem do tema?

Heródoto, Tucídides, Agostinho marcam presença nos programas e pretendem indicar como os Antigos pensaram não só a escrita da história, mas também sua relação com a memória e com o tempo. Obviamente que é insuficiente e aponta, ainda que de forma preliminar, para um raciocínio esquemático: essa é a origem, ela é algo unitário e Heródoto, Tucídides e Agostinho são contemporâneos e complementares, constituem uma única pedra angular a partir da qual se edifica o resto da historiografia. Ainda que seja correto e fundamental retomar e conhecer esses autores clássicos, pois eles estão dentre aqueles que foram lidos e relidos pelas gerações seguintes e foi o debate sobre essas leituras e releituras (mais do que os próprios textos antigos) que serviram de base para o que se pensou em várias gerações. Ou seja, não conhecer os textos clássicos e os debates que se seguiram é estar condenado a uma leitura superficial dos textos dos pensadores (e não apenas historiadores) que são tributários de forma direta ou indireta dos “antigos”. A ampliação do repertório estudado poderia trazer enormes vantagens uma vez que as tradições intelectuais que se construíram em diálogo com a tradição clássica utilizaram e se debruçaram sobre um material muito mais rico e diverso do que a leitura apressada e no mais das vezes exordial que se faz desses poucos autores. Creio que isso vale para o caso da reflexão sobre a história e a memória na Antiguidade Clássica e em outros períodos e sociedades, mas também para muitos outros aspectos. Por que isso não ocorre e não temos nos vários departamentos de história grupos sólidos dedicados ao estudo da Antiguidade e suas relações com outros espaços e temporalidades? O problema aqui, como se sabe, é que a formação frágil em clássicas atinge não só os alunos de hoje, mas também os professores, que foram alunos ontem em condições no geral bem piores do que as atuais. Afeta os cursos de História, mas também de Letras e Filosofia, por exemplo. A área de História Antiga no Brasil apenas recentemente

começou a se difundir por Universidades que estão fora dos maiores centros⁴. Como sabemos, é só a partir da década de 90 que pessoas formadas como historiadores da Antiguidade nos maiores centros passaram a assumir cargos em outras Universidades, onde tradicionalmente quem dava aulas de Antiguidade jamais tinha tido formação na área. Ainda hoje em muitas Universidades não se tem sequer um classicista no interior dos departamentos de História e quando há, o cenário mais comum é haver apenas um ou dois. O quadro tem melhorado, mas ainda tem muito peso a ideia de que se deve dedicar sobretudo ao estudo da história local, sem produzir uma ligação com outras histórias, sem uma reflexão não só sobre a História Antiga, mas História da América, sobre a História da África e como as várias histórias se ligam. No mundo atual, pensar as histórias locais no contexto de amplos processos de integração é algo decisivo, a meu ver. E o estudo de processos globais de integração tem na História Antiga um elemento fundamental, pois, ainda que de forma um tanto arbitrária, a Antiguidade foi tomada como modelo para se pensar os diversos processos de integração, nos mais diversos tempos e espaços. De tal modo que parece ser tarefa de nosso tempo estudar histórias locais ligando-as a outras histórias, pensando como elas se integram. Para essa tarefa, pelo lugar que ocupou através de diversas sociedades e sua relação com o passado que construíram arbitrariamente para si, estudar e ter uma compreensão profunda e complexa da Antiguidade é crucial. Sem isso, dificilmente tais histórias poderão ser tomadas como algo mais do que histórias locais, exercícios um pouco paroquiais de memória. A relevância disso no cenário atual é quase nula. Os centros que insistirem nessa perspectiva serão ignorados, pois o que se busca é a ligação entre as várias histórias.

RTH: Em que medida o estudo das formas de se escrever a história na Antiguidade pode contribuir para a formação do historiador? O estudo destas formas pode contribuir também para estudiosos de outras áreas que não a Ciência da História?

⁴ Para conhecer a situação atual da docência em História Antiga em nosso país, sugiro a visita ao site do GT de História Antiga da Anpuh. Esse grupo fez um excelente trabalho para mapear os historiadores da Antiguidade, estado por estado do Brasil.

Como dizia, estudar a Antiguidade é se colocar em contato não só com um período da História, mas também com muitas tradições intelectuais que tomaram a Antiguidade (pensada de diferentes formas) como objeto de diálogo para pensar novas tradições intelectuais. Sendo assim, para uma leitura sofisticada, arriscaria dizer para uma leitura apta dessas tantas tradições que se inspiraram no Mundo antigo, faz-se necessário conhecer a Antiguidade. Para as outras áreas certamente vale o mesmo, especialmente se lembrarmos que a especialização disciplinar do conhecimento é extremamente recente. Veja que a principal Associação Científica que congrega os estudiosos da Antiguidade tem um caráter claramente transdisciplinar. A Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos congrega pesquisadores ligados a departamentos de história, letras, arqueologia, filosofia etc. Se pensarmos no caso de Universidades tradicionais, como Oxford, muitos historiadores da Antiguidade não estão na Faculty of History, mas na Faculty of Classics. O estudo da Antiguidade está calcado em um diálogo transdisciplinar que faz com que a erudição seja uma marca da área. Nos tempos que correm, de publicações apressadas e repetições aos montes, a erudição e estudos transdisciplinares que levem em conta recortes cronológicos mais amplos só podem fazer muito bem à Universidade.

RTH: Em um artigo⁵ já antigo o professor, afirma que o “empirismo” exacerbado em um Paul Veyne e, em menor proporção, em um Moses Finley pode reforçar uma leitura elitista da história antiga. De que forma o historiógrafo da antiguidade pode reverter esse quadro? É possível fazer uma história da antiguidade que fuja do ciclo de empatia (para usarmos um termo benjaminiano) com o discurso do “vencedor”? Ou os limites da documentação não nos permitem ir muito além?

O problema então – e não acredito que ele tenha se alterado muito – é que os historiadores da Antiguidade fazem uso sobretudo da documentação escrita para construir suas ideias sobre esse passado. As fontes escritas foram produzidas quase que exclusivamente por aristocratas que expressam, como é de se esperar,

⁵FAVERSANI, Fábio. Poper, Ciência e História Antiga. Síntese Nova Fase, Belo Horizonte, v. 25, n. 83, 1998.

seu ponto de vista sobre o mundo em que viveram. Por isso, repetir os conceitos que aparecem nas fontes não é refletir como os antigos pensavam, mas adotar a visão de uma “classe” com todos os seus preconceitos. Essa crítica foi feita de forma muito pertinente também já há muito tempo e alternativas estão colocadas⁶. Trata-se a meu ver de um debate que já foi feito e superado, com contribuições indo desde abordagens inspiradas pelo marxismo até o pós-colonialismo. Resta claramente demonstrado que assumir os pré-conceitos de “classe” da aristocracia antiga só se pode justificar como uma opção política do historiador e não como uma opção (ou pior, falta de opção) metodológica. Nesse caso, como de resto em todos os outros também, a opção política antecede e fundamenta a opção metodológica, ainda que muitas vezes se queira dizer que é o contrário que ocorre.

RTH: Peter Burke⁷ afirmou uma vez que autores como Jean-Pierre Vernant e Paul Veyne visavam interpretar a história da Grécia ou de Roma a partir de um trabalho paralelo às inovações historiográficas de um Febvre e Braudel. O professor concorda com essa afirmação? O legado do Annales também é visível na escrita da história antiga no Brasil? Ou hoje essa escrita da história vem se tornando mais pluralista?

Na minha avaliação, as obras de Vernant (e de Pierre Vidal-Naquet), juntamente com os trabalhos de Moses Finley, contribuíram em muito para que houvesse uma aproximação entre as reflexões de outras áreas das Ciências Humanas e o estudo da Antiguidade. No caso de Vernant e Vidal-Naquet, mais especialmente com a Antropologia e em Finley com o pensamento de Max Weber e Karl Polanyi. Além disso, as transformações ligadas ao “giro cultural” permitiram também uma multiplicação enorme de objetos. Não me parece que seja algo ligado apenas à escola dos Annales, mas a transformações na forma de pensar a história que tocou diferentemente pesquisadores nos diversos países, mas com certos compartilhamentos. Jan B. Meister teve recentemente traduzido para o português

⁶ Para um exemplo de crítica, cf. LEVÉQUE, Pierre. “Problèmes théoriques de l’histoire et sociétés antiques” (Entretien avec P. L., par Marie-Luce Hazebroucq). In AA.VV. Aujourd’hui l’Histoire. Paris: Éditions Sociales, 1972, pp. 71-93, pp. 77 e 86-87.

⁷BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa na historiografia*. 2ª Edição. Editora da UNESP: SP, 1992.

um trabalho bem interessante sobre como a história do corpo na Antiguidade foi se transformando em diversos países. Ele mostra que na história do corpo e a história cultural foram sofrendo influências diversas e se transformando a partir de muitos impulsos que em cada parte tiveram maior ou menor peso, mas com conexões interessantes entre as reflexões feitas em diferentes países – sem com isso se ter uma inteira homogeneização⁸.

A meu ver essa multiplicação de objetos (e da forma de abordá-los) e a aproximação com outras disciplinas das ciências humanas são algo já apropriado e parte da forma como se pensa a História Antiga. O desafio do presente, que está colocado bem em frente de nós, é o da produção de uma história em algum sentido global, onde os grupos de pesquisa de diversas partes do mundo estejam em contato, debatendo. Assim, a produção historiográfica vai deixar cada vez mais de se prender a formas de pensar o passado simplesmente a partir de dilemas e condições locais. Essa é uma tarefa que demanda a formação de grupos de pesquisa fortes e transnacionais. Não se trata de tarefa para pesquisadores individuais isoladamente.

RTH: Dentre os estudiosos da Antiguidade no Brasil, independente se entre historiadores, filósofos, das letras clássicas etc, há alguém que trabalhe de forma específica com a escrita da história na Antiguidade ou que tenha publicado algo sobre este tema?

Eu destacaria nesse campo o trabalho do Norberto Guarinello que aponta nesse sentido, mas em uma perspectiva diferente: a da necessidade de se repensar as fronteiras da disciplina História Antiga. Essa nova forma de pensar a História Antiga proposta por ele busca fazer com que as pesquisas no campo possam responder melhor aos dilemas do mundo contemporâneo, da globalização em particular. O livro mais recente dele, intitulado justamente *História Antiga*, é uma bela contribuição nesse sentido. Uma grande dificuldade para isso é que os estudos produzidos pelas Universidades têm se tornado cada vez mais específicos e pouco afeitos a produzir inovações. Esse é um problema muito importante e que não

⁸ <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/772/445>

afeta só a História Antiga. O João Adolfo Hansen em entrevista dada recentemente à *Revista de História da Biblioteca Nacional* chama a atenção para esse ponto. Em âmbito internacional, temos o livro *History Manifesto* que discute esse problema de forma bastante amadurecida. Esse é um problema com o qual a produção historiográfica universitária tem que se defrontar: vamos seguir no caminho de concentrar as pesquisas em histórias locais de cronologia recente e com recortes cada vez mais fechadinhos e abordagens que fundamentalmente repitam o já sabido porque isso é que renderá um número maior de publicações (mesmo que a relevância delas seja mínima e praticamente ninguém vá ler)? É para isso que nos empurram os sistemas atuais de avaliação acadêmica. Minha avaliação é que eles nos empurram para o lado errado. Isso precisa ser debatido nas Universidades. E não está sendo. Como já retrata bem piada corrente: estão todos muito ocupados preenchendo o Lattes. Isso é grave e afeta o futuro das Universidades e muito particularmente das Humanidades no interior delas.

RTH: Muitos docentes encarregados das disciplinas de Teoria em nossas graduações são da área de História do Brasil, História Contemporânea etc. Haveria espaço para historiadores da Antiguidade neste campo ou o senhor acredita que para se trabalhar com estas disciplinas mais teóricas é preciso estudar temporalidades mais recentes?

A concentração de docentes com pesquisas na área de História do Brasil (sobretudo aqueles que se dedicam à formação do Estado Nacional) é natural por duas razões. Em primeiro lugar, porque, minha impressão ao menos é essa – não há dados a respeito (e esse é um grande problema!) –, se formam mais pesquisadores em História do Brasil aqui do que em todos os demais campos da História juntos. Nos departamentos de História, assim, é ainda comum pessoas que não tenham nenhuma formação em História da América, História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, mas que sejam formadas em algo ligado à História do Brasil, fiquem responsáveis por disciplinas nessas áreas. O mesmo – e ainda mais – acontece com Teoria da História, Historiografia e Ensino de História. Particularmente com mais intensidade nesses campos porque só bem recentemente começamos a tomar esses campos como campos de especialização

histórica (se comparado com os que referi anteriormente, sempre admitidos enquanto tais em nossas Universidades, mesmo sem ter pessoas na maioria delas pesquisando e ensinado nos diversos campos, sempre com notável concentração na história local, regional e nacional). Isso reflete um problema mais geral da universidade brasileira que se dedica muito mais à história local do que a outras histórias. Essa concentração imensa não é razoável e vem mudando pouco a pouco. Outros campos novos vêm se consolidando nos departamentos de História (com professores pesquisando e ensinado nesses campos), como História da África, além dos mencionados antes, e, naqueles outros mais antigos onde só havia ensino, tem se tornado cada vez mais comum a contratação de especialistas para que tenha ensino e pesquisa nos diferentes campos e o número de pesquisadores em cada setor tem se ampliado. Antes só poucas Universidades no Brasil, as mais importantes, tinham ensino e pesquisa em História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea e História da América. A maioria fazia o papel de Universidades pequenas e oferecia um ensino generalista e superficial, dado por não-especialistas e fazia pesquisa, quando fazia, sobre a história local e regional. Isso mudou muito. A pesquisa e, mais notadamente, a pós-graduação em História se expandiu enormemente nos últimos anos nas universidades que antes tinham essa posição absurdamente subordinada. A Universidade cresceu muito e pesquisadores formados nos grandes centros, nas diversas especialidades, hoje ocupam espaço nessas outras Universidades. Começaram a formar alunos, orientar na pós-graduação. Desse modo, a Universidade brasileira que se fechar em histórias locais vai se condenar à insignificância no cenário nacional. O mundo hoje demanda que pensemos sobre as diversas histórias, que as coloquemos em diálogo, pensar a partir dos mais diversos espaços e temporalidades o que é local (que não perde importância com essa mudança, mas se projeta para além da instância paroquial). Acho que isso vale também para a História do Brasil e para qualquer outra história nos tempos que correm, da globalização em sua etapa atual. Esse “monocampismo” não pode perdurar sob pena de se esvaziar de sentido por completo. As coisas têm mudado e outras especialidades têm se fortalecido, como disse. Mas acho que ritmo é ainda lento e precisamos ter pressa. Quando vemos a programação de um evento como a Anpuh, por exemplo, parece mais a programação de uma Associação de História Nacional (e suas histórias regionais e locais) do que de uma

Associação Nacional de História. Isso precisa mudar mais rápido ou a História vai se tornar algo muito pequeno, irrelevante no interior das Universidades.

RTH: Quais obras e/ou autores o senhor recomendaria para aqueles que não tiveram oportunidade de conhecer o tema na graduação e que têm vontade de aprofundar-se nestas leituras? Ou seja, o que pode-se ler para aprender mais sobre as formas de se escrever a história na Antiguidade?

Existe um livro que é algo como uma compilação comentada, algo bem inicial e sem grandes pretensões, que foi produzido pela François Hartog e que tem excelente tradução para o português, assinada pelo Jacyntho Lins Brandão. Trata-se da *História de Homero a Santo Agostinho*. Muitos textos têm sido produzidos recentemente, sob as mais diversas perspectivas. Eu mesmo dei minha contribuição, apesar desse não ser o centro das minhas pesquisas⁹.

Uma boa maneira de se aproximar das histórias produzidas pelos antigos é ler as próprias fontes. Além do mais óbvio, que são os historiadores antigos mais consagrados, como Heródoto, Tucídides, Tito Lívio, Tácito ou Amiano Marcelino, creio que o estudante encontrará muito proveito na leitura de *Como se deve escrever a história*, de Luciano, também vertido para o português por Jacyntho Lins Brandão, que publicou, junto com a tradução, uma extensa e muito útil apresentação. Acho que conhecer esses autores antigos é fundamental para todos os que estudam a história. Veja que todos os historiadores de épocas posteriores leram esses autores antigos e, de forma explícita ou não, dialogam com eles, se inspiraram neles ou mesmo os emularam bem claramente. Se o historiador de hoje não conhecer esses historiadores antigos, não notará nos historiadores posteriores, as alusões, os ecos e fará uma leitura superficial, bem distante daquela que se espera de um historiador, que deverá ser por definição erudito. Alguém que não conheça os historiadores antigos, ao ler as outras histórias produzidas por historiadores posteriores que leram e discutiram exaustivamente esses mesmo historiadores antigos dificilmente se aproximará daquilo que Umberto Eco chamou de leitor-modelo. Assim, a formação do historiador não pode prescindir do estudo

⁹ FAVERSANI, Fábio. "Escrita da história e as histórias dos antigos. In: Saberes e poderes no Mundo Antigo."

dos historiadores da antiguidade, sob pena de ser uma formação mutilada, maculada irremediavelmente por falta de erudição.

RTH: Uma preocupação central da RTH desde os primórdios é a função da história para a vida prática. O professor acredita que os historiadores tem uma função pública, e, portanto, um valor social para além de produzir textos para os seus pares? Quais seriam as contribuições dos estudiosos da chamada História Antiga para esta questão?

O texto para os pares tem, ele mesmo, uma função pública importante. Que tipo de função pública tem tido e se essa é a que esperamos tem a ver com o que tratamos antes em nossa conversa. Mas isso não deve afastar de nosso horizonte que a produção acadêmica tem uma função social relevante. Para além disso, há grandes obstáculos estruturais que restringem em muito as possibilidades de o historiador acadêmico ter interlocução com um público mais amplo. Acho que esse é um debate para outra entrevista inteira. Mas vou apontar rapidamente três frentes nas quais de deve pensar para tratar desse problema.

O primeiro deles é relativo aos meios de comunicação de massa. A qualidade da nossa TV, rádio e imprensa é sabidamente muito baixa e tem pouco espaço para debates mais qualificados, para os quais os historiadores acadêmicos são treinados e para os quais se preparam através de um trabalho muito intenso. O mercado editorial é muito reduzido também. Ou seja, para o historiador atingir um público mais amplo, teria que ter os meios (de comunicação). Hoje eles são muito restritos, ainda que não sejam inexistentes.

O segundo problema é que precisaria haver a formação de um público para esse debate que os historiadores poderiam aportar à sociedade. Esse público com uma formação intelectual minimamente sólida e gosto pelo debate erudito é muito reduzido – mesmo entre os que cursam ou cursaram a Universidade! (Não é a toa que os meios de comunicação, que visam ao lucro, são tão ruins... eles vendem aquilo que os clientes vão comprar.) A razão para isso está ligada a uma população que durante muito tempo esteve fora da escola. Temos que lembrar que a universalização do ensino fundamental ocorreu só recentemente e, pior, que cada passo rumo à massificação do ensino no Brasil significou a uma correspondente

perda de qualidade da educação pública (em fenômeno que ameaça se ver repetido agora com a educação superior).

Isso nos leva ao terceiro problema que é uma separação entre a pesquisa em história e o ensino de história. Pode-se perceber isso de várias maneiras, mas as mais cruéis me parecem ser a constatação que os alunos muitas vezes qualificam a sorte deles próprios como a capacidade que eles tenham de se manter longe da escola e, particularmente da escola pública. Assim, é comum o juízo de que os melhores alunos serão pesquisadores no futuro, indo dar aula nas Universidades, abaixo desses os que irão dar aulas em escolas particulares e, depois, os que não conseguirem nem uma coisa nem outra, irão para a escola pública. Não digo que esse entendimento é universal e nem saberia dizer se ele vale para a maioria das pessoas. Mas o fato de tal ideia existir já é muito ruim. Outro fato que mostra esse cruel descolamento entre Universidade e escolas é que quando há greve dos professores das escolas públicas, os professores das Universidades se mantêm em uma indiferença assustadora. É como se fossem dois universos totalmente separados e que nenhuma ação prática e concreta caberia aos professores universitários nesses cenários de conflito. O máximo que se tem é um sentimento de simpatia um pouco difuso. Mas tomadas de posição, apoio concreto, não. Assim, não surpreende que se perceba uma diferença enorme entre os saberes históricos que são produzidos nas Universidades e nas escolas (sim, porque se produz saber nas escolas e não apenas se reproduz ou se transmite, como muitos pensam).

Esses três pontos (que estão longe de esgotar esse cenário muito complexo e multifacetado que compõem as condições de uma atuação pública mais intensa por parte do historiador das universidades) mostram que essa atuação pública não depende de um ato de vontade, simplesmente, por parte de um historiador particular. Essa vontade é necessária, mas insuficiente.

Há espaço para mudança e isso se mostra no fato de publicações para um público amplo alcançam certo sucesso (como é o caso da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, que citei antes). Há demanda enorme por parte da sociedade, mesmo com as limitações destacadas acima. A história da Antiguidade, por conta da exposição de elementos atinentes a ela em espaços diversos que vão do cinema aos videogames, sempre é tomada como muito próxima da vida das pessoas. E elas têm uma enorme curiosidade sobre os mais diferentes aspectos da Antiguidade. Creio

que ocupar esse espaço público é uma forma tanto de reduzir os problemas que destaquei (que dificultam, mas não impedem que se faça), quanto de fortalecer a posição da história no cenário público. Em um tempo em que há tantas ameaças, fazer isso parece mesmo uma busca pela sobrevivência.